

EXPLORANDO O SUJEITO CORPORIFICADO: CORPO E PERFORMATIVIDADE NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA À LUZ DO PENSAMENTO DE JUDITH BUTLER¹

Exploring the embodied subject: body and performativity in the construction of identity in the light of Judith Butler's thinking

Fernanda Santos²

RESUMO

O objetivo deste ensaio é explorar alguns dos principais elementos presentes na obra de Judith Butler, mais precisamente no livro intitulado *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), originalmente publicado nos Estados Unidos e traduzido para o português em 2003 pela Editora Civilização Brasileira, 13 anos depois de sua publicação original. Esta obra lhe garantiu grande notoriedade internacional ao desafiar as concepções tradicionais de gênero, mediante a construção de uma crítica sobre a concepção de sujeito feminino construída pelo discurso feminista e lança bases para pensar sobre política e representatividade no que se refere a presença de estruturas de poder que legitimam e perpetuam desigualdades.

Palavras-chave: Teoria Feminista. Sujeito. Gênero. Performatividade. Representatividade. Desigualdades.

ABSTRACT

The aim of this essay is to explore some of the main elements present in the work of Judith Butler, more precisely in the book entitled *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990), originally published in the United States and translated into Portuguese in 2003 by Editora Civilização Brasileira, 13 years after its original publication. This work earned her great international notoriety by challenging traditional conceptions of gender, building a critique of the conception of the female subject constructed by feminist discourse and laying the foundations for thinking about politics and representation in relation to the presence of power structures that legitimize and perpetuate inequalities.

Key-words: Feminist Theory. Subject. Gender. Performativity. Representativeness. Inequalities.

INTRODUÇÃO

É inegável a grande contribuição da obra de Judith Butler para os campos de estudo de gênero e teoria *queer*, tornando-se uma das vozes mais

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2024.263332>

² Universidade de Brasília (UnB). E-mail: fslima.26@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1788-9916>.

influentes e respeitadas no universo acadêmico e como ativista pelos direitos LGBTQIAP+, causa esta que a atravessa por ser mulher lésbica. Filósofa americana, obteve seu doutorado pela Universidade de Yale em 1984 e dá aula há mais de 20 anos na Universidade da Califórnia em Berkeley, uma das principais instituições dos Estados Unidos e se dedicou a explorar questões relacionadas à concepção de identidade e subjetividade na construção de gênero. Ao longo de sua trajetória, dedicou-se ainda a trabalhos que abarcam temas relacionados às relações de poder, política e violência de Estado, influenciando movimentos feministas e LGBTQIAP+ em todo o mundo.

Entre os anos de 1988 e 1993, publicou uma série de trabalhos, considerados hoje base de áreas de estudos de gênero e *queer*, segundo a qual estabelece uma diferenciação entre sexo biológico e identidades masculina e feminina. Seu trabalho tem sido alvo de controvérsias e críticas especialmente por parte de grupos conservadores e anti-feministas, sendo acusado de promover a “teoria de gênero” como uma ameaça às normas tradicionais e foi alvo de campanhas e ataques de ódio, inclusive no Brasil em sua última visita em 2017, acusada de vir ao país promover a chamada “ideologia de gênero”.

O objetivo deste ensaio é então apresentar e explorar alguns dos principais elementos presentes na obra dessa autora tão emblemática e de vasta produção, de modo que me atarei sobretudo ao livro *“Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”*, publicado em 1990 originalmente como *“Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity”* nos Estados Unidos e que lhe garantiu notoriedade internacional, traduzido para o português 13 anos depois de sua publicação original.

“Problemas de Gênero” desafia as concepções tradicionais de gênero por meio de um importante diálogo com a teoria feminista, para realizar uma crítica sobre o modo como a concepção de sujeito feminino é construída pelo discurso feminista e lança bases para pensar sobre política e representatividade no que se refere à presença de estruturas de poder que legitimam e perpetuam desigualdades. Butler introduz a teoria de performatividade e gênero a partir do argumento de que gênero se constitui enquanto uma construção social e cultural, que é repetida e reforçada mediante atos performativos.

2. DESCONSTRUINDO E RECONSTRUINDO IDENTIDADES FEMININAS: CRÍTICAS À TEORIA FEMINISTA E À POLÍTICA E PROPOSTA DE (DES)CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

No livro "*Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*", Judith Butler propõe a construção de uma concepção de sujeito feminino. O sujeito se constitui em elemento crucial para a política - e de maneira particular para a política feminista - já que sujeitos jurídicos são produzidos em última instância por vias de práticas excludentes (Butler, 2018, p. 16).

Nessa obra, não há uma busca pela mobilização de conceitos com vistas à obtenção de respostas conclusivas, mas uma fundamentação de seu argumento a partir de críticas e questionamentos acerca da lógica essencialista³ da construção de gênero presente em algumas correntes teóricas feministas. Para ele, essas correntes falham em incluir determinados grupos em suas agendas no que se refere à representatividade e à defesa de determinadas pautas nem sempre comuns a todos os sujeitos. A consequência disso seria a privação do usufruto de determinados direitos pela dificuldade ou impossibilidade de mobilização coletiva.

Quem (ou o que) define o “ser mulher”? Esta é uma das perguntas centrais orquestradas por Butler para desenvolver seu argumento sobre a concepção de sujeito feminino, identidade e gênero. Para ela, a presunção de existência de uma identidade definida da categoria “mulheres” se constitui em uma problemática proveniente do próprio discurso feminista inclusive enquanto problema político presente em algumas correntes teóricas – principalmente no feminismo ortodoxo/radical – e norteia interesses e objetivos dentro de seu próprio discurso, de modo que constitui um sujeito de representação política que nem sempre garante representatividade de diferentes tipos de mulheres e, por vezes, tende à exclusão de determinados corpos que em geral, carregam em si estigmas⁴.

³ Brah afirma que o essencialismo se define enquanto “(...) noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais” (Brah, 2006, p. 331). Para aprofundamento nesse debate, sugiro a leitura: BRAH, Avtar. *Diferença, Diversidade, Diferenciação*. In: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006. n.26 p.329-376.

⁴ Entendo aqui a concepção de corpos estigmatizados em uma definição goffmaniana enquanto sinônimo de corpos inferiorizados, ou seja, com determinados atributos, condições ou características que se encontrem fora dos padrões normativos ou do conjunto de valores predominantes em uma determinada sociedade (corpos transgêneros, corpos negros, corpos com deficiência física, etc.). Goffman define estigma como “(...) referência a um atributo

O feminismo negro desempenha fundamental papel no que se refere à concepção de sujeito, que distingue da concebida na tradição Ocidental. Ao tornar a interseccionalidade eixo da análise, contesta veementemente a noção de um sujeito universal pautado em experiência única e de alguma maneira privilegiada. Nesse sentido, o feminismo negro amplia o debate para a construção de uma concepção de sujeito a partir de experiências de mulheres negras, historicamente marginalizadas tanto do movimento feminista quanto do movimento negro. As feministas negras partem do argumento de que as experiências de mulheres negras são podem ser entendidas fora de um contexto que considere também as noções de raça e classe (González, 2020).

Brah sugere nessa perspectiva que os debates feministas não devem admitir uma polarização entre os feminismos negro e branco e que as categorias não devem ser vistas como essencialmente fixas, mas devem ser encaradas enquanto “(...) campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais” (Brah, 2006, p. 331).

Chama ainda a atenção para a questão da racialização de gênero e da importância em manter um enfoque na questão da subjetividade e identidade para compreender as dinâmicas de poder da diferenciação social, por meio de um resgate da trajetória do movimento feminista branco e negro para refletir sobre a constituição do que é ser negro/- e por consequência, não branco – a partir de uma perspectiva decolonial (Brah, 2006). Parte, assim, do exemplo britânico sobre como a apropriação do conceito de negro/ não branco como objeto de afirmação e luta política se deu a partir do movimento *Black Power* nos EUA e movimentos no continente africano sobre uma visão comum de interesses coletivos de povos que estão em diferentes países e se identificam como pertencentes a um mesmo grupo. Enquanto movimento social, o ativismo negro tinha como principal objetivo gerar senso de solidariedade e não necessariamente uma suposição de que os diversos membros de uma determinada comunidade negra se identificariam com o conceito em seu uso no contexto britânico (Brah, 2006).

profundamente depreciativo (...). Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1998, p. 6). Ou ainda, “(...) um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo (...)” (GOFFMAN, 1998, p. 7)

Dando um passo atrás para refletir sobre a construção de sujeito, em *"Quadros de Guerra - Quando a vida é passível de luto?"* (2015), Butler problematiza a concepção de vida⁵ levando em consideração o fato de que algumas vidas não são reconhecidas como tal devido à existência de uma seletividade ancorada em operações de poder. Essa seletividade é mediada por condições sociais e econômicas específicas, determinando quais vidas são consideradas passíveis de reconhecimento e luto quando perdidas em detrimento de outras.

Importante retomar a ideia de esferas de reconhecimento em Butler e a sua crítica à concepção estabelecida por Axel Honneth. Embora ambos partam de uma análise hegeliana, no livro *"A Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais"* (2003), Honneth adota a ideia de que as esferas de reconhecimento ocorrem em três dimensões principais: amor (relações amorosas), autorrespeito (esfera jurídica) e estima social (relações sociais). Quando ocorre falta de reconhecimento em uma dessas dimensões, ou se há um reconhecimento insuficiente - o que ele chama de gradação do desrespeito - surgem conflitos como resultado, seja pela ausência de reconhecimento ou por reações ao não reconhecimento.

Segundo Honneth, esses conflitos podem ocorrer em nível individual, manifestando-se por meio de reações emocionais negativas, como vergonha, ira, vexação, desprezo, podendo até mesmo levar a perturbações psíquicas no âmbito do amor. Além disso, os conflitos podem se estender ao âmbito coletivo, com reações que visam à mudança política, a depender do contexto político. Nessa assertiva, a identidade do sujeito está intrinsecamente ligada à experiência de reconhecimento intersubjetivo, gerando uma pressão por reciprocidade. A vida social só é possível por meio do reconhecimento mútuo, pois os indivíduos só serão capazes de se relacionar praticamente quando aprenderem que o outro é, na verdade, o destinatário final de suas ações.

Por outro lado, critica a construção do pensamento de Honneth, argumentando que ele articula a mobilização identitária de maneira homogênea. Para Butler, a questão da identidade pode ser problemática, pois é

⁵ Não constitui objetivo deste ensaio aprofundar o debate sobre concepção de vida. Para aprofundamento nesse debate, sugiro a leitura: BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra - Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

necessário considerar a natureza não homogênea da formação de grupos que lutam por direitos. Assim, diferentes grupos podem se mobilizar em busca de acesso a determinados direitos, mesmo que não compartilhem a mesma experiência no processo de formação identitária.

Outra crítica à teoria do reconhecimento de Honneth diz respeito à presença de conflitos internos nos movimentos sociais. Enquanto Honneth parte da ideia implícita de coesão dentro do grupo, a filósofa nega a possibilidade de estabelecimento de coesão total na defesa de direitos. Entretanto, ela considera que esse elemento tende a resultar em uma maior solidez no engajamento de demandas, especialmente quando se trata da presença de diferenças anteriormente marginalizadas (Fischer Pacheco, 2018).

Dessa forma, a comoção por vidas perdidas em guerra, ou em qualquer outro evento, é produzida por uma estrutura seletiva de enquadramento que seleciona que vidas são dignas de luto⁶. Do contexto de violência, problematiza essa questão a partir de uma mesma ótica, por meio do seguinte questionamento: que vidas são defensáveis (Butler, 2021). No contexto de mulheres, isso geralmente exclui vidas de mulheres pretas, trans, latino-americanas, africanas, etc.

As próprias concepções de política e representação constituem-se em elementos problematizados por Butler, já que esses são espaços onde o próprio sujeito se constitui enquanto sujeito jurídico, produzido por vias de práticas exclusórias que não necessariamente se dão de maneiras visíveis. O papel da linguagem, nesse sentido, constitui um elemento central para a promoção da visibilidade política das mulheres de modo a representá-las adequadamente nas mais diferentes esferas de atuação (Butler, 2018, p. 15),

⁶ Um exemplo para tangibilizar essa ideia se refere à comoção gerada por veículos de comunicação sobre o desaparecimento do submarino Titan em 18 de junho de 2023, em uma expedição aos destroços do Titanic que carregava cinco passageiros à bordo: o diretor-executivo da OceanGate, Stockton Rush, piloto do submarino; o empresário paquistanês, Shahzada Dawood; Suleman Dawood, filho de Shahzada; o bilionário Hamish Harding e o ex-comandante da Marinha Francesa Paul-Henry Nargeolet, principal especialista sobre naufrágio do Titanic, cujo desfecho foi o de implosão do submarino e morte dos tripulantes. Para acesso a matéria: <https://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2023-06/submarino-usado-para-ver-destrocos-do-titanic-desaparece-com-5-pessoas>. Quatro dias antes - em 14 de junho - ocorreu o naufrágio com imigrantes no mar Mediterrâneo com a presença de em torno de 100 crianças a bordo e que matou pelo menos 78 pessoas sem a mesma cobertura midiática. Para acesso a matéria: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0wvrg7rp6no>.

sendo essa uma condição importante, pois culturalmente as mulheres eram mal representadas ou sub-representadas em espaços de poder.

Retomando o argumento que desenvolve por meio da ideia de ato de fala, a linguagem assume uma forma de utilização para produção e reforço de determinadas normas e identidades que de alguma maneira expressam relações de poder – não se constituindo enquanto uma expressão neutra de pensamento. Em outros termos, constitui-se enquanto ações que geram consequências reais nas esferas social e política no que se refere à construção e transformações das dinâmicas e relações de poder (Butler, 1997).

Entretanto, não basta averiguar como as mulheres podem se fazer representar na linguagem e na política. Para ele, a crítica feminista deve compreender também como a categoria “mulheres” é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação, ou seja, dentro do próprio discurso produzido pela crítica feminista (Butler, 2018, p. 16).

Desse modo, a concepção dominante da relação entre teoria feminista e política passa a ser questionada pelo próprio discurso feminista, que tende a defender e construir uma agenda de direitos para um tipo específico de mulher. Torna-se, então, necessário certo cuidado com os gestos totalizantes, uma vez que a insistência sobre a coerência e unidade dessa concepção de sujeito rejeita a multiplicidade de intersecções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das mulheres. Esse espectro, na realidade, é dotado de transitoriedade, instabilidade e não permanência.

A identidade em termos butlerianos não pode ser definida como algo que possui começo, meio e fim em caráter determinista. Parte, assim, do entendimento de que essa constituição se trata de algo contínuo e revelado pela forma como o sujeito se expressa no mundo. De outro modo, está presente em seu pensamento a ideia de uma constituição de sujeito que difere das concepções tradicionais que enfatizam o sujeito enquanto entidade fixa e autônoma, e o define enquanto uma construção social que admite a presença de contingências culturais.

O sujeito dessa maneira não se constitui de forma pré-existente, mas é produzido por mediante práticas performativas. Quer dizer, a identidade de gênero e a construção subjetiva de cada indivíduo é formada mediante repe-

tições e pela produção de atos performativos inseridos em um determinado contexto social e cultural específico. A questão posta pela interseccionalidade por meio dos marcadores sociais constitui-se como fundamental nesse processo de concepção.

Anne McClintock fala em categorias articuladas ao admitir que existem elementos contraditórios e em conflito quando se trabalha a questão da interseccionalidade, reconhecendo-se o fato de que as desigualdades se relacionam de maneira relacional. Do ponto de vista analítico, enfatiza a ideia de que não se pode partir de categorias locais específicas para uma aplicação a outros tempos e espaços terminantemente distintos com o intuito de forçar explicação a uma determinada realidade sem considerar o elemento contingencial. Existe conflito, poder e hierarquização, apesar das negociações que vão se articulando nesse processo (McClintock *apud* Hirano, 2019).

Assim:

(...) Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2018, p. 17).

A crítica butleriana, então, reside na presunção política de base universal do feminismo a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanhada frequentemente da ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular e discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe.

Inclusive, essa forma de teorização feminista foi criticada por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, tendendo a instrumentalizá-las para confirmar ou reafirmar noções marcadamente oci-

dentais de opressão e de conferir um estatuto universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer a aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, que motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres.

3. GÊNERO E PERFORMATIVIDADE: REPENSANDO IDENTIDADES, DESAFIANDO NORMAS

Butler resgata a construção de pensamento de Simone de Beauvoir, sobretudo em sua obra *"O Segundo Sexo"* (2009), como ponto de partida para a construção de sua teoria de gênero. Nessa acepção, assume a relevância e influência de Beauvoir, que sustentou suas reflexões na crítica à concepção que essencializa e naturaliza a questão de gênero, anteriormente entendida enquanto característica intrínseca e imutável de cada indivíduo.

De igual modo a Beauvoir, combate a concepção do estabelecimento de diferenças de gênero por meio de elementos de determinação biológica a partir do binarismo homem e mulher. Nesse sentido, assume a ideia de que gênero não se trata de uma exteriorização diretamente associada ao sexo biológico, mas de uma construção social e cultural.

Retomando a concepção de Beauvoir por meio da famosa afirmação *"Ninguém nasce mulher, torna-se mulher"*, afirma que não há nada que garanta que o "ser" que se torna mulher seja necessariamente fêmea, em termos biologizantes. Gênero, assim, não se trata de um substantivo, tampouco um conjunto de atributos flutuantes. Seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Ou seja, é sempre um feito, na medida em que não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é sempre performativa. Sendo assim, a ideia de performatividade do gênero, trata-se de algo relacional. No caso da performance existe sempre um ator central.

Portanto, os atos performativos configuram-se em elementos fundamentais para a construção e conservação das identidades de gênero, de modo que a repetição tende a produzir uma aparente coerência e rigidez,

quando na verdade se constitui em algo transitório, fluido. Essa ideia coloca em xeque a questão da imutabilidade do gênero, e admite diferentes modos de exteriorização a partir de diferentes modos de identificação, além de inquirir sobre diferentes formas de opressão baseadas em gênero mediante hierarquias estabelecidas.

Destarte, a questão da sexualidade é sempre construída nos termos do discurso e do poder, sendo o poder em parte entendido em termos das convenções culturais heterossexuais e fálicas. A “unidade” de gênero, por sua vez, é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade de gênero por via da heterossexualidade compulsória. Assim, entender o gênero como construção não é uma ilusão ou artificialidade.

O gênero é a estilização repetida no corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser (Butler, 2018, p. 69).

A matriz de inteligibilidade, ou matriz normativa, representa um conjunto de atributos, categorias e discursos que delinea e estreita o universo de possibilidades de expressão e identificação de gênero. Nesse sentido, uma rede de poder dita o que é concebível e legitimamente aceitável – e o que não é –, dentro de um constructo social ao passo que molda o modo como compreendemos e interpretamos o gênero e delimita as regras sociais sobre como se portar e se relacionar com outros indivíduos (Butler, 2018).

O caráter normativo do gênero opera mediante categorias fixas e contrapostas a partir do binarismo masculino e feminino. Portanto, o gênero é atribuído de maneira direta à questão biológica e é internalizado pelos sujeitos mediante atos performativos que se repetem e se reproduzem ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a manutenção de um *status quo* normativo pouco ou nada passíveis de questionamentos por serem elementos dados como verdades absolutas e indubitáveis circundam esse processo constitutivo (Butler, 2018).

Essa questão passa inclusive pela construção social de masculinidade e feminilidade. Importante retomar um aspecto para o qual Bourdieu chama atenção sobre o fato de que as crianças herdaram saberes e gostos

(Bourdieu, 2007, p. 45). Se refletirmos, por exemplo, sobre brinquedos e brincadeiras que os adultos à nossa volta nos estimulavam a gostar na infância – e aqui realça-se o papel da família nesse processo –, é provável que as mulheres se recordem de bonecas e brinquedos que reproduzam cozinha/ato de cozinhar ou qualquer coisa ligada ao cuidado doméstico, enquanto homens se recordem de carrinhos, videogames e computadores. Esse fato denota assim a presença de estereótipos de gênero construídos e que se perpetuam historicamente, incumbindo às meninas, desde muito cedo, a esfera do cuidado, que não admite qualquer possibilidade fora desses ideais normativos de gênero.

Bourdieu (1996), define *habitus* enquanto um sistema de disposições socialmente constituído e que pode gerar ações e práticas inclusive de consumo e estilos de vida. A partir dessa concepção, abre caminho para uma análise por meio de esquemas simbólicos e pela constituição do que se chama de esquemas de classificação. Nessa lógica, estabelecem-se fronteiras simbólicas entre indivíduos em diferentes posições na estrutura de classes que se relacionam de maneira direta com a constituição de esquemas de percepção, apropriação e codificação (poder institucional de nomear), cujo processo se dá mediante disputas e estabelecimento de lutas no campo. A legitimação e naturalização das intitulações se dá por meio do tempo e a partir da posição que se ocupa no campo. Tal processo se dá de maneira conflituosa – e é uma das muitas modalidades por meio das quais esse poder é exercido (Weininger, 2015, p. 131).

Haveria escape para além das estruturas de poder e inclusão de demandas que fujam ao binarismo de gênero e incluam outros tipos de sujeito? Para ele, me parece que sim. Entretanto, tal possibilidade se encontra na objeção e subversão mediante o reconhecimento da categoria gênero enquanto construção social. A partir disso, criam-se possibilidades de mecanismos de enfrentamento e subversão às normas estabelecidas, ao abrir espaço à multiplicidade de formas de expressão e identificação de gênero que não se encaixam na matriz dominante.

IDENTIDADE EM DISPUTA: DESAFIOS, REFLEXÕES E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao considerar o pensamento butleriano, surgem alguns questionamentos que me parecem pertinentes: Que sujeitos ocupam as arenas políticas e quem são os sujeitos de fato representados pelos movimentos feministas? Todas as vozes são plenamente ouvidas neste processo de disputa por direitos ou algumas vozes se sobressaem, enquanto outras são apagadas? Onde estão essas vozes inaudíveis?

Parece-me plausível pensar que uma gama de vozes talvez se encontre em um espaço de não-lugar, uma vez que o sujeito feminino construído numa perspectiva feminista ocidentalizada tende a representar um tipo específico de mulher. A exemplo, mulheres transgêneras se veem, muitas vezes, excluídas dos espaços de discussão pela construção de agendas de interesses e direitos que lhes são devidos, e ainda é frequente a impossibilidade de articulação e mobilização para se fazerem representadas nesses espaços. Por essa razão, argumenta que é necessário pensar em diferentes feminismos que incluam corpos diversos, atravessados por diferentes contextos, histórias e trajetórias. Em outras palavras, ampliar o debate e articular de maneira mais profunda com os feminismos negro e decolonial, por exemplo.

Retomando a questão da linguagem, é importante refletir sobre como as concepções jurídicas, políticas e econômicas orientam a identidade, ainda sendo influenciadas por um ideal normativo, em detrimento de uma descrição da experiência. O próprio feminismo, quando visto de forma unívoca, adota uma concepção arbitrária e normativa do que significa ser mulher, utilizando mecanismos de poder – discursivos, por exemplo, para isso.

Adiciono ainda outro desafio no que se refere à desvirtuação dos debates teóricos em torno das questões de “gênero”, em curso a partir dos anos 1970 por meio da crescente ascensão da extrema direita enquanto fenômeno mundial, que sustenta de maneira eloquente um discurso em defesa da moral, da família tradicional cristã heteronormativa e com forte expressividade da figura paterna, em ameaça. No caso brasileiro, popularizou-se o termo “ideologia de gênero”, e o movimento de ascensão da extrema direita ganhou expressividade sobretudo a partir da eleição de Jair Bolsonaro ao cargo

de Presidente da República em 2018. Por consequência, a legitimação desse discurso tem levado a um aumento expressivo de violência e reações homofóbicas e LGBTfóbicas contra grupos e indivíduos grupos LGBTQIAP+ (Agência Brasil, 2022).

Os atos de fala, conceito evocado por Butler sobre atributos da linguagem enquanto mecanismos de poder diante de sua dimensão performativa, são capazes de construir e reforçar normas de gênero, sexualidade e identidade, podendo inclusive serem repetidos e ritualizados ao longo do tempo, o que contribuiria para a manutenção de normas sociais. Melhor dizendo, o ato de fala não se constitui em um simples ato de comunicar-se, mas é um ato social e político pelo qual normas e identidades são o tempo todo produzidas e contestadas. Por meio do ato de fala, a linguagem cumpre o papel de construção e transformação das relações de poder e das estruturas sociais.

Por fim, Butler não discorda da mobilização de grupos em busca de representatividade e ocupação desses espaços de debate público, pelo contrário. Sua crítica reside na reflexão sobre como esses espaços têm sido ocupados e a quem eles representam ou excluem. Seu diálogo com a teoria feminista busca ampliar o debate, sem desqualificar ou negar seu papel e importância no campo do debate democrático. Sua crítica principal está na ideia de que o feminismo precisa abordar a questão de gênero de forma não essencializada, expandindo o escopo do debate para evitar a reprodução e perpetuação de estruturas de opressão e poder.

Recebido em 26/10/2023

Aprovado em 06/12/2023

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Submarino usado para ver destroços do Titanic desaparece com 5 pessoas*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0wvrg7rp6no>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BEAK, Nick.; WRIGHT, George. *Até 100 crianças a bordo: o que se sabe de naufrágio com imigrantes no Mediterrâneo*. BBC News Brasil, 2023.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0wvrg7rp6no>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOEHM, Camila. *Número de mortes violentas de pessoas LGBTI+ subiu 33,3% em um ano*. Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/numero-de-mortes-violentas-de-pessoas-lgbti-subiu-333-em-um-ano#:~:text=Em%202021%2C%20houve%20no%20Brasil,Viol%C3%AAsncias%20contra%20LGBTI%2B%20no%20Brasil>. Acesso em: 16 de jul. 2023.

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Editorial Síntesis, 1997.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra – Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: *Escritos de Educação*. Editora Vozes, 9 ed. Petrópolis, RJ, 2007.

BRAH, Avtar. *Diferença, Diversidade, Diferenciação*. In: *cadernos pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006. n.26 p.329-376.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. *Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções* / Luis Felipe Kojima Hirano, Maurício Acuña; Bernardo Fonseca Machado (Org.). – Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. 258 p. – (Coleção Diferenças).

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

FISCHER PACHECO, Mariana. *A reconhecibilidade precede o reconhecimento? Acerca das críticas de Judith Butler a Axel Honneth*. *Revista Dissertatio*, vol. 47, p. 203-221, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/dissertatio/article/view/13647>. Acesso em: 12 jul, 2023.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

WEININGER, E. B. *Fundamentos de uma análise de classe de Pierre Bourdieu*. In: *Análise de classe: abordagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).